

BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 15137/2026

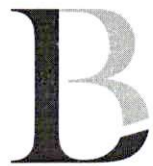
Interessado: Fundo Municipal de Saúde do Município de Crixás-GO

Objeto: Contratação emergencial de serviços especializados em saúde, compreendendo acompanhamento psicológico pelo método ABA, atendimento fonoaudiológico e terapia ocupacional, (artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021).

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE. CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL IMPOSTA PELO JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. DIREITO À SAÚDE COMO BEM SUPREMO. RISCO DE PREJUÍZO AO PACIENTE. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS DO ARTIGO 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021. LEGALIDADE DA MEDIDA. PARECER FAVORÁVEL.

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica que fundamenta a Dispensa de Licitação Emergencial nº 799/2026. O procedimento tem como objetivo a contratação emergencial de pessoa jurídica, especificamente a empresa Clínica Evoluir Ltda, para a prestação de serviços especializados



BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

em saúde destinados ao paciente adolescente Jose Ricardo Martins Ribeiro.

Conforme consta de forma expressa nos autos, a presente contratação faz-se estritamente necessária para atender à determinação judicial exarada em Decisão Liminar proferida nos autos do processo nº 5660956-91.2026.8.09.0038. O Juízo da Vara da Infância e Juventude de Crixás determinou ao Município o fornecimento e a manutenção de tratamento multiprofissional contínuo para um adolescente, diante da necessidade comprovada de intervenção especializada, fixando um prazo de 15 dias para o efetivo cumprimento.

A instrução processual demonstra que, previamente à contratação, foi realizada ampla cotação. A demanda foi direcionada à empresa CLINICA EVOLUIR LTDA, que possui em seu quadro os profissionais exigidos para a execução das terapias determinadas judicialmente e que já atua como fornecedora habitual do Município. Consta ainda declaração do Departamento de Compras atestando que os preços apurados se encontram abaixo da média de mercado e que a documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista da empresa foi rigorosamente conferida e está de acordo.

É o relatório. Passo à fundamentação jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Da Caracterização da Emergência e Literalidade da Lei

A regra no Direito Administrativo é a realização de licitação prévia. Contudo, a própria legislação reconhece que existem situações excepcionais em que o rigor formal do processo licitatório causaria danos



BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

irreparáveis à coletividade. Para esses casos, a Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente a possibilidade de contratação direta.

Neste sentido, cito o texto do artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que embasa a presente contratação:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos** ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;"

No caso em análise, a situação emergencial é evidente e inconteste, originando-se da necessidade iminente e inadiável de dar efetivo cumprimento a uma ordem judicial constante na liminar do processo nº 5660956-91.2026.8.09.0038. A referida determinação impôs um prazo limite, tornando inviável a deflagração de um processo licitatório comum, cujas formalidades procedimentais contribuiriam para

uma demora natural que impossibilitaria a solução dentro do prazo estipulado.

2.2. Da Indispensabilidade do Tratamento e Garantia de Direitos

A presente contratação tem por finalidade primária garantir a disponibilização do tratamento multiprofissional especializado que foi atestado por prescrição técnica e confirmado judicialmente. Desta forma, a intervenção estatal direta e imediata visa assegurar a continuidade da assistência em saúde necessária, promovendo a observância incondicional dos direitos resguardados à criança e ao adolescente pela legislação pátria vigente.

A descontinuidade ou a não oferta destes serviços representaria prejuízos significativos ao desenvolvimento do paciente e caracterizaria um risco que exige pronta ação acautelatória do ente municipal.

2.3. Da Regularidade da Escolha dos Fornecedores e da Vantajosidade Econômica

No tocante à idoneidade e qualificação da contratada, a instrução do processo revela-se adequada. Restou demonstrado que a empresa CLINICA EVOLUIR LTDA possui notória capacidade técnica e encontra-se apta a atender a demanda específica do adolescente. A referida fornecedora apresentou toda a documentação comprobatória pertinente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e a devida inscrição no conselho de sua categoria, cumprindo todas as exigências legais.





BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Em relação à economicidade dos cofres públicos, o Departamento de Compras obteve êxito ao demonstrar que o valor acordado reflete estritamente a proposta de menor preço, situando-se em patamar inferior à média apurada na pesquisa mercadológica. Essa verificação evidencia inquestionável vantajosidade econômica para a Administração Municipal na celebração deste instrumento contratual.

3. CONCLUSÃO

Diante de todos os fundamentos jurídicos expostos de forma objetiva, esta Assessoria atesta a **REGULARIDADE JURÍDICA** e manifesta-se FAVORÁVEL ao prosseguimento do procedimento de **Dispensa de Licitação nº 799/2026**. O trâmite em análise atende integralmente aos requisitos dispostos no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, restando plenamente caracterizado o estado de emergência fundamentado pela iminência do cumprimento de decisão judicial, assim como a idoneidade da empresa eleita e a vantajosidade financeira dos preços praticados.

É o parecer.

S.m.j.

Crixás - GO, 29 de setembro de 2026.



ADEMAR LOPES DE OLIVIERA JÚNIOR
Assessor Jurídico
OAB/GO nº 41.993